

PROCESSO - A.I. Nº 278999.0033/01-2
RECORRENTE - SÉRGIO MURILO LIMA DIAS
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 3ª JFJ nº 0172-03/03
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 20/07/04

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0208-11/04

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ENQUADRAMENTO IRREGULAR NO SISTEMA CADASTRAL DA SECRETARIA DA FAZENDA. APURAÇÃO DO IMPOSTO PELO REGIME NORMAL. Modificada a Decisão. Ficou caracterizada a hipótese de perda da adoção do tratamento tributário previsto no regime simplificado. Sendo assim, devem ser aplicados os critérios e as alíquotas para as operações normais, na apuração do imposto, a partir da ocorrência dos fatos geradores que originaram o desenquadramento. Entretanto, nas operações internas com ferros e aços não planos, é reduzida a base de cálculo de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 3ª JFJ, que julgou o presente Auto de Infração Procedente – Acórdão JFJ n.º 0172-03/03 – que trata da exigência de ICMS, em decorrência do recolhimento a menos do imposto, nos prazos regulamentares, tendo em vista que o contribuinte se aproveitou indevidamente do benefício fiscal do SIMBAHIA, no período de fevereiro/00 a setembro/01, tendo sido calculado segundo os critérios de apuração do imposto pelo regime normal, com a consideração dos créditos fiscais de direito.

O recorrente, em suas razões, além de tentar descaracterizar as acusações que lhe foram impostas, alegou que comercializa essencialmente com “ferro”, o que lhe daria o direito à redução da base de cálculo, conforme determina o art. 87, IV, do RICMS/97.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, afirmou que, uma vez caracterizada como “laranja”, a empresa perde todos os benefícios do SimBahia, devendo o imposto ser calculado pelo regime normal, como foi feito neste Auto de Infração. Opinou pelo Não Provedimento do Recurso Voluntário.

O recorrente faz juntada de cópias de notas fiscais com o fim de comprovar que tem direito à redução da base de cálculo que mencionou no seu Recurso Voluntário.

Considerando que nas notas fiscais de saída de sua emissão, acostadas aos autos a partir da folha 525, não consta o código NCM dos produtos questionados, o que inviabilizaria a apreciação desta matéria, esta 1ª CJF deliberou que o PAF fosse encaminhado à INFAZ de origem para que o autuante verificasse nas notas fiscais de entrada, através do respectivo código NCM, se estes produtos são beneficiados com a redução de base de cálculo mencionada, e em o sendo, elaborasse uma nova conta corrente do contribuinte, lançando o débito pelas saídas com a

redução devida, e promovendo o estorno proporcional do crédito pelas entradas (art. 100, II, do RICMS/97), com o fim de apurar o imposto ainda devido.

Após duas diligências, o autuante trouxe as seguintes informações (fl. 766):

“Os novos valores a recolher foram apurados, excluindo-se aí, os valores debitados a maior e foi recomposto o Conta Corrente do ICMS durante os períodos de 2000 e 2001, apurando-se os valores totais a recolher de R\$46.221,28, conforme planilhas apenas às fls. 706 e 707.

Acostamos também ao PAF, cópias de todas as notas fiscais de compras adquiridas durante o período do levantamento e podemos observar que, não obstante não constar nas notas fiscais de saídas os códigos de classificação fiscal NCM do produto, tais produtos estão incluídos dentro daquelas mercadorias sujeitas à redução informadas no inc. IV do art. 87 do RICMS/BA aprovado pelo Decreto nº 6.284/97. Apenas muda a nomenclatura de VERGALHÃO/mm para FERRO/bitola.

Relativamente ao estorno do crédito, conforme solicitado no pedido de diligência às fls. 716 (art. 100, inc. II do RICMS/BA), tais mercadorias são objeto de hipótese de manutenção do crédito tributário, em conformidade com o art. 105, inc. VII do RICMS/BA.”

Consta às fls. 710 e 711 dos autos o requerimento do recorrente para pagamento do valor de R\$46.221,28, apontado pela diligência realizada pelo autuante, com o benefício da Lei n.º 8.887/03.

A representante da PGE/PROFIS, em nova manifestação, opinou pelo Provimento Parcial do Recurso Voluntário, com base no resultado da diligência.

VOTO

No presente Auto de Infração foi exigido ICMS calculado segundo os critérios de apuração do imposto pelo regime normal, com a consideração dos créditos fiscais de direito, tendo em vista que o contribuinte se aproveitou indevidamente do benefício fiscal do SIMBAHIA, por ter sido inscrito como Empresa de Pequeno Porte irregularmente.

A primeira tese recursal, que tenta descaracterizar as acusações impostas, perdeu o objeto no momento em que o recorrente solicitou o pagamento do imposto, no valor apontado pelo autuante em atendimento à diligência solicitada por esta 1ª CJF, com o benefício da Lei n.º 8.887/03, pois, segundo o art. 3º, desta lei, tratando-se de créditos tributários que se encontrem com defesa ou recurso administrativo, o sujeito passivo deverá reconhecer, expressamente, a procedência da autuação que tenha dado origem ao procedimento e desistir da impugnação.

Resta, então, apreciar o seu argumento de que comercializa essencialmente com “ferro”, o que lhe daria o direito à redução da base de cálculo, conforme determina o art. 87, IV, do RICMS/97.

Conforme informação do autuante, não obstante não constarem nas notas fiscais de saídas os códigos de classificação fiscal NCM dos produtos comercializados, estes estão incluídos dentro aqueles beneficiados com a redução da base de cálculo, prevista no inciso IV, do art. 87, do RICMS/97, mudando, apenas, a nomenclatura de VERGALHÃO/mm para FERRO/bitola.

Reza o citado art. 87, IV, do RICMS/97, que é reduzida a base de cálculo até 30/04/05, nas operações internas com ferros e aços não planos, de tal forma que a incidência do imposto resulte numa carga tributária de 12% (doze por cento) sobre o valor da operação.

Também informou o autuante que, para estes produtos, não é exigido o estorno ou anulação do crédito fiscal relativo às respectivas entradas, enquanto perdurar o benefício da redução da base de cálculo (art. 105, VII, do RICMS/97).

O cálculo do imposto devido foi corrigido pelo autuante, seguindo os critérios de apuração pelo regime normal, concedendo-se a redução da base de cálculo devida.

Portanto, em consonância com o opinativo da representante da PGE/PROFIS, o meu voto é pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso Voluntário, para modificar a Decisão recorrida e julgar o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para modificar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 278999.0033/01-2, lavrado contra **SÉRGIO MURILO LIMA DIAS**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$46.221,28**, sendo R\$24.042,93, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios, mais R\$22.178,35, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da citada lei, e demais acréscimos legais, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de junho de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE – REPR. DA PGE/PROFIS